

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

PROJETO DE LEI Nº 5.429, DE 2009.

Obriga os supermercados, hipermercados e similares a oferecerem em local específico, os produtos alimentícios que comercializam, destinados e/ou indicados para diabéticos e hipertensos, e dá outras providências.

Autor: Deputado RIBAMAR ALVES

Relator: Deputado DR. UBIALI

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Ribamar Alves, obriga os supermercados e similares a ofertarem produtos alimentícios para diabéticos e hipertensos em local específico. Em seu art. 2º conceitua “local específico” como aquele designado exclusivamente para a oferta dos referidos produtos e lista as suas possíveis configurações.

Estabelece ainda, no artigo seguinte, as sanções a que estarão sujeitos os infratores da lei: advertência ou notificação por escrito da autoridade competente; multa de 50 salários-mínimos, aplicada em dobro em caso de reincidência; e interdição do estabelecimento.

Por fim, o art. 4º da proposição determina que os recursos resultantes das penalidades citadas no dispositivo anterior devem ser destinados ao Fundo Municipal de Saúde do município onde se encontra o estabelecimento infrator e aplicados em campanhas educativas sobre diabetes e hipertensão. Em municípios que não possuem Fundos Municipais de Saúde,

os recursos provenientes das multas deverão ser recolhidos aos cofres públicos municipais, mantida a mesma destinação.

Em consonância com o inciso II do artigo 24 do Regimento Interno desta Casa, a proposição está sujeita à apreciação conclusiva por este Colegiado, que ora a examina, e pela Comissão de Seguridade Social e Família. Caberá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania emitir parecer terminativo quanto à constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Coube-nos, nos termos do art. 32, inciso VI, a honrosa tarefa de relatar o PL nº 5.429, de 2009, o qual, no prazo regimental, não recebeu emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A hipertensão arterial e o diabetes mellitus constituem os principais fatores de risco para as doenças do aparelho circulatório, as quais, por sua vez, representam a primeira causa de morte no Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde.

Como se sabe, o tratamento da diabetes e da hipertensão requer a manutenção de uma alimentação saudável e controlada. A alimentação adequada reduz a morbimortalidade associada a tais doenças e eleva a qualidade de vida de seus portadores. Sendo assim, do ponto de vista sanitário, acreditamos que facilitar o acesso dos portadores de diabetes e hipertensão aos alimentos necessários para uma dieta saudável, conforme proposto pelo Projeto em tela, merece ser louvada.

A nosso ver, a matéria sob análise também se reveste de inegável mérito econômico, ao qual devemos regimentalmente nos ater. As doenças cardiovasculares respondem por mais de um milhão e cem mil internações por ano nas unidades de saúde do SUS, as quais se traduzem em um custo para o sistema de saúde estimado em cerca de 500 milhões de reais anuais. Uma noção mais precisa dos gastos relacionados com essas doenças

teria, ainda, que incorporar despesas com procedimentos de alta complexidade.

Creemos, portanto, que a medida proposta, de implementação simples e de custo extremamente reduzido, poderá produzir um impacto significativo na saúde de portadores de diabetes e de hipertensão, o que, por sua vez, diminuirá os custos ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, bem como aqueles decorrentes da compra de medicamentos.

Propomos algumas alterações de ordem prática, com a finalidade específica de esclarecer quem são os responsáveis pelo cumprimento desta lei, mantendo a sua execução apenas aos supermercados e hipermercados, retirando os similares. Também procurei realizar uma adequação razoável à questão da multa estabelecida, especificando que o Fundo Municipal de Saúde que receberá o valor referente a esta multa, é o do próprio município onde ocorreu a infração. Lembro ainda que a vinculação do salário mínimo para efeito de multa, fere o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, o qual veda sua vinculação para “qualquer fim”.

Ante o exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.429, de 2009, na forma do substitutivo que estou apresentando.**

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado DR. UBIALI
Relator